

## A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PROJETO SOCIAL LUTAR E VENCER DA POLÍCIA MILITAR EM GOVERNADOR VALADARES

Gleydson Lopes do Nascimento Martins<sup>1</sup>

Érica Stoupa Martins<sup>2</sup>

Janine Lopes Carvalho<sup>3</sup>

[janinelcarvalho@gmail.com](mailto:janinelcarvalho@gmail.com)

1

### RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos pais sobre a participação dos filhos com deficiência, no Projeto Social “Lutar e Vencer” da Polícia Militar, de Governador Valadares/MG. O trabalho teve início com levantamentos bibliográficos sobre a temática, passando logo em seguida, para a realização de uma pesquisa de campo. Nesta última, se buscou coletar informações sobre a percepção dos atendidos pelo projeto a respeito dos trabalhos realizados. Optou-se pela pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, sendo entrevistas semiestruturadas, o instrumento de coleta do material empírico utilizado. As entrevistas foram realizadas com os representantes legais de 04 (quatro) alunos, escolhidos por serem participantes efetivos do projeto. A faixa etária dos alunos avaliados foi de 12 a 14 anos. Através da pesquisa foi possível perceber a importância do projeto e, principalmente, da família, para que as atividades alcançassem os objetivos desejados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficiência; Projeto Social; Judô; Inclusão.

---

<sup>1</sup> Educador Físico, pós-graduado em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social, Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Mestre em Serviço Social. Professora da Faculdade Vértice – Univértix – Matipó/MG.

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância - NGIME/UFJF, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Eliana Lúcia Ferreira. Mestre em Psicologia, Graduada em Psicologia. Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

## INTRODUÇÃO

Os projetos sociais são, sem dúvida, um ambiente de socialização, e permitem que as pessoas com deficiência compartilhem aprendizados, por meio do contato social com outras pessoas com deficiência ou não. É preciso compreender que o direito de manter uma vida social e educacional, com a mesma qualidade das demais pessoas é direito de qualquer ser humano. Em consonância com esta diretriz, o Brasil é um dos países que mais possui instrumentos de proteção aos Direitos Humanos, uma vez que há previsão de tais garantias na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

O Projeto Social Lutar e Vencer pela Polícia Militar desenvolvido no município mineiro de Governador Valadares foi desenvolvido na tentativa de suprir as necessidades básicas de educação de crianças e adolescentes que vivem em área de risco e criminalidade, tendo na sociedade civil o seu principal foco de atuação e sustentáculo, mediante o estabelecimento de parcerias e o

envolvimento da comunidade, nas ações e atividades propostas.

Tal projeto surgiu em 2010 dentro da 153ª Cia. da Polícia Militar, na qual policiais e voluntários dão aulas de: artes marciais, capoeira e balé, para crianças que se encontram em áreas de vulnerabilidade social do município. Atualmente, em Governador Valadares, o projeto atende crianças na faixa etária dos seis aos 17 anos incompletos. São ministradas aulas também em outros municípios da região do Vale do Rio Doce, como Mathias Lobato, Jampruca e Capitão Andrade.

Uma das ações desenvolvidas pelo Projeto Social Lutar e Vencer são as aulas de judô adaptado. As aulas de judô são ministradas por professores voluntários da Polícia Militar, que se dedicam ao atendimento às crianças com as aulas no projeto e o trabalho de policiamento ordinário. O projeto envolve alunos sem e com deficiência. Os alunos sem deficiência são a quase a totalidade; contudo, para esta pesquisa enfocaremos as aulas de judô ministradas para alunos com deficiência.

O Judô surge junto com o seu fundador Jigoro Kano em 1882, que

visou o acesso de todas as pessoas independentes do seu credo, raça, estado civil e social. A modalidade ganhou força e maior divulgação quando foi incluída nos Jogos Olímpicos de Tóquio (1964), mas a notoriedade de “Esporte para Todos”, fundamentalmente, não relevando a condição física ou sensorial do ser humano foi alcançada apenas na década de 1990, 20 anos mais tarde dos primeiros registros do Judô aplicado às pessoas com deficiência a partir do contexto apresentado (KANO, 2014).

Mataruna (2007) aponta que o movimento do “Judô Adaptado” surge de maneira desordenada pelo mundo na década de 1970, quando a Organização das Nações Unidas passa a ter mais atenção para as pessoas com deficiência.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de refletir sobre a prática de esportes, como uma proposta paralela à educação formal observada num crescente número de projetos sociais. Entende-se que é muito importante a análise dos benefícios alcançados por esses projetos em relação aos alunos com deficiência, para que tanto o poder público quanto a sociedade possam quantificar a

abrangência dos benefícios desses projetos, tanto para os alunos sem deficiência quanto para aqueles com deficiência buscando assim, o desenvolvimento humano a todos os alunos atendidos.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a percepção dos pais sobre a participação dos filhos com deficiência no Projeto Social “Lutar e Vencer” da Polícia Militar em Governador Valadares. Os objetivos específicos foram: levantar como a prática da luta tem auxiliado no desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes que participam do projeto; verificar se os alunos têm tido a oportunidade de um melhor convívio social inclusivo através da prática do esporte; apontar possíveis pontos a serem melhorados no projeto, em relação à sua prática e os objetos propostos.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O JUDÔ COMO ATIVIDADE INCLUSIVA**

O judô é uma modalidade para todos, seja, o forte, o menos habilidoso, o deficiente. O aluno que pratica judô aprende que se deve “ceder para vencer”, “ser perseverante”, “cair para se levantar”,

entre outros preceitos aplicados na luta e na vida (SHIOZAWA, 1999).

Os benefícios do judô são para todos que praticam a arte, pois, não foi criado apenas para pessoas que tem como objetivo a estética do corpo, mas a ocupação, em vez da ociosidade, a defesa pessoal, a qualidade de vida física e mental (KANO 2014).

A inclusão das pessoas com deficiência em um esporte como o Judô faz com que elas se sintam capazes de realizar funções iguais às pessoas que não possuem nenhum comprometimento físico ou psiquiátrico. No tatame tudo se torna aprendizado, tanto para avançar na modalidade, como para a vida; com esta atividade física, os sujeitos ao treinar tem a oportunidade, de compreender e vivenciar o valor da superação (KANO, 2014).

O judô proporciona a seus praticantes benefícios recreativos, físicos, mentais, entre outros. Não valoriza apenas o aspecto físico, mas se constitui como uma filosofia de vida, que valoriza a inteligência e o culto a verdade, considerando o desenvolvimento espiritual de seus praticantes como fator tão ou mais importante que o objetivo de vencer as lutas. (RUSSO; SANTOS, 2001).

O judô adaptado é mais praticado por pessoas com deficiência visuais, modalidade na qual os atletas participam das paraolimpíadas. A adaptação relacionada ao judô paraolímpico é apenas a forma de dar início ao combate, pois, a adaptação na regra sofrida é que os atletas já iniciam a luta com as mãos em forma de pegada no judôgui. Porém, nas escolinhas de treinamento e projetos sociais ainda não é tão comum, a presença de pessoas com deficiência praticando esta modalidade, talvez por falta de conhecimento ou incentivo da sociedade (SILVA; CARVALHO; OLIVEIRA, 2018).

Como única arte marcial que compõe o programa paraolímpico, o judô para atletas com deficiência é praticado desde a década de 1970, tendo estreado na modalidade masculina nos Jogos em Seul-1988, e na feminina, em Atenas-2004 (NACIONAL DO ESPORTE, 2016). Diante disto, podemos considerar o judô adaptado, uma ferramenta eficiente para trabalhar as habilidades de pessoas com deficiência.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com Mantoan (2003), a educação para todos tem como

objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética, justiça e direito de acesso ao saber e à formação. Carvalho (2008), por sua vez, defende a inclusão responsável, concebendo-a como uma metodologia, direito a igualdade, com equidade de oportunidades.

Na concepção de Carvalho (2008), a educação inclusiva nasceu como realidade, não sendo mais admissível ignorá-la, sendo então necessário haver uma reconsideração da escola, deixando de lado o padrão do aluno ideal e buscando a aceitação do diferente. O autor complementa que “somos diferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos inclusive, diferentes” (p.23).

Fonseca (2005) observa que o maior desafio para uma educação inclusiva são as barreiras encontradas ao longo de todo o processo educacional, destacando entre elas, a falta de adaptação das escolas regulares e de professores que não recebem adequadamente alunos com deficiência em sala de aula, além da discriminação e do preconceito encontrado na sociedade e, muitas

vezes, entre a própria família. Assim, para o autor, quando se trata do direito à educação, é essencial que seja realizada uma reforma estrutural e organizacional nas escolas, a fim de se recuperar o tempo perdido.

Carvalho (2008) enfatiza que, incluir não significa apenas pôr todas as crianças em uma mesma condição, haja vista incorrer-se no risco de, a partir daí praticar-se uma perversa exclusão, observando que, o estar fisicamente em um lugar não quer dizer que se faça parte dele. Além da inserção física, é imprescindível que todos os estudantes sejam favorecidos com a inclusão na aprendizagem e na inclusão social, exercitando o desenvolvimento e a plena cidadania, complementa o autor.

## **METODOLOGIA**

Sem a utilização de métodos científicos é inviável produzir um trabalho científico legítimo, por isso é indispensável que o presente estudo seja produzido através de procedimentos de coleta de dados que produzam, de forma confiável, o conhecimento adequado permeando os objetos propostos no presente trabalho. Para potencializar a capacidade da busca de informações

que pudessem amplificar a produção de conhecimento sobre o assunto pesquisado foi desenvolvido a pesquisa exploratória – a qual se caracteriza pelo registro, observação, análise e correlação dos fatos ou fenômenos sem manipulá-los trabalhando sobre dados colhidos da própria realidade (CERVO e BERVIAN, 2002).

Na pesquisa qualitativa se verifica uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (MINAYO, 2007). Logo, a análise qualitativa dos dados coleados na pesquisa serviu para apresentar o cenário em que o projeto social se desenvolve, bem como o papel que este exerce na inclusão das pessoas com deficiência na área em que se insere.

O instrumento metodológico utilizado para coletar as informações foi uma entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada é uma modalidade utilizada para a realização de uma pesquisa que envolve a busca de dados aonde o fato acontece, é uma atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade

(DEMO,1995). Para isso foram elaboradas perguntas abertas direcionadas igualmente aos alunos com deficiência inseridos no projeto.

Foram entrevistados 04 (quatro) pais de alunos com deficiência participantes do Projeto Social “Lutar e Vencer”. A entrevista foi entregue aos respectivos responsáveis na sede do projeto que fica Rua Francisco Caetano Pimentel, número 506, bairro Vila Isa, na cidade Governador Valadares/MG. O contato com as famílias se deu de maneira pessoal onde houve a exposição dos objetivos do trabalho, a solicitação da colaboração em responder as perguntas, sendo que foi confeccionado e apresentando-lhes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi assinado previamente à entrega dos questionários, sendo estes respondidos e devolvidos.

### **CATEGORIA EMERGENTE DA COLETAS DE DADOS**

Os familiares dos alunos entrevistados para esta pesquisa serão chamados de “A”, “B”, “C” e “D”, a fim de preservar a integridade moral desses voluntários e atendendo a

Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e conforme acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Há mais adolescentes no projeto, contudo sem deficiência. Por isso, foram entrevistados apenas esses que possuem deficiência e participam do projeto.

A partir das respostas obtidas, observou-se que no que diz respeito à faixa etária dos alunos, 2 (dois) têm 12 anos, 1 (um) 13 anos e 1 (um) 14 anos. Verificou-se também, que 2 (dois) moram com os pais, 1 (um) com a mãe e a avó e 1 (um) com a mãe. Todos os adolescentes têm irmãos que não têm deficiência.

É importante entender em qual contexto familiar o aluno está inserido, pois importância da família no desenvolvimento da criança é fundamental. As primeiras aprendizagens da criança ocorrem na instituição familiar, assim, é indiscutível que a família assuma um papel primordial em sua educação. Compreendida como o primeiro e mais importante agente educativo, podemos designá-la como núcleo central do desenvolvimento global da criança em todos os aspectos, sejam eles afetivo,

social, cognitivo e motor (GIORGI, 1980).

Questionou-se aos sujeitos pesquisados, se o adolescente do qual é responsável está estudando; e em caso positivo, qual a série que cursa. As seguintes respostas foram obtidas:

*Sim, está estudando e está cursando o 5º ano do ensino fundamental. (Aluno "A")*

*Sim, está estudando e está cursando o 8º ano do ensino fundamental. (Aluno "B")*

*Sim, está estudando e está cursando o 7º ano do ensino fundamental. (Aluno "C")*

*Sim, está estudando e está cursando o 6º ano do ensino fundamental. (Aluno "D")*

A partir das respostas obtidas, observou-se que todos os alunos entrevistados estão ativos na escola e estão cursando o ensino fundamental sendo que o aluno "A" está cursando o 5º ano, o aluno "B" está cursando o 8º ano, o aluno "C" está cursando o 7º ano e o aluno "D" está cursando o 6º ano.

Construir uma sociedade inclusiva é um processo de suma importância para o desenvolvimento e preservação de um Estado democrático. Entende-se por inclusão o direito a todos, do alcance continuado ao lugar comum da vida em comunidade. Comunidade essa que deve estar orientada por ações de



acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida conforme preconizam as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica que estabelecem que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

Os participantes da pesquisa nos responderam a questões essencialmente sobre o projeto e a forma com que família e alunos interagem e tinham percepção sobre o trabalho. Quanto ao tempo de participação dos sujeitos no projeto, se identificou que 75% possui de 1 a 2 anos; sendo que, 100% dos entrevistados participam duas vezes por semana. Os responsáveis pelos quatro sujeitos com necessidade especial educacional entrevistados, revelaram que o futebol é o esporte que eles mais gostam.

Tabela 1 – Dados sobre a participação do aluno no Projeto Social.

Variáveis	N =	%
<b>Tempo de Participação</b>		
Menos de 1 ano	1	25%
1 a 2 anos	3	75%
Mais de 2 anos	0	0
<b>Qual a frequência semanal do aluno</b>		
1 vez por semana		
2 vezes por semana	4	100%
3 vezes por semana		
<b>Qual o esporte mais gosta</b>		
Judô		
Capoeira		
Karatê		
Futebol	4	100%

Fonte: Produção própria.

No Brasil, por meio do futebol, a sociedade brasileira vivencia o sentimento peculiar de totalidade e unificação, recobrando-se de



sentimentos universais com capacidade de mobilização e gerador de idolatria entre milhares de pessoas, transformando aparentemente em iguais, indivíduos das mais diversas classes sociais, por meio de discussões informais e demonstrações de afinidades relativas a essa paixão, em todos os cantos do país (HELAL, 1997).

São muitos os projetos sociais voltados para crianças e adolescentes, com vistas a melhorar sua condição de vida e a propiciar sua autonomia e protagonismo no contexto social. Contudo, sem a participação da família isso não é possível, pois ela precisa estar inserida de alguma forma e acompanhar o projeto em que ele está envolvido e sua possível aplicação na vida prática. Nesse sentido, as demandas de famílias com alto índice de vulnerabilidade ensejam um novo enfoque, de modo que os projetos sociais voltados para crianças e adolescentes sejam nelas embasados, para obter maior eficácia e abrangência (FEIJO; MACEDO, 2012).

Questionou-se aos participantes da pesquisa, como o aluno foi inserido no Projeto Social “Lutar e Vencer” e quais são os objetivos da família, ao

inserir o aluno (a) no projeto. As respostas foram as seguintes:

*Ele foi inserido por incentivo de vizinhos que também fazem parte do projeto. O objetivo da família é fazer com o aluno se socialize com outras crianças e possa se desenvolver melhor. A família pretende que o aluno permaneça no projeto enquanto ele estiver gostando e entenderem que está fazendo bem para ele, não tendo um prazo determinado. Na opinião da família o projeto já traz muitos benefícios para o aluno e para a família (Aluno “A”).*

*Foi inserido por iniciativa dele, que conheceu o projeto depois de uma palestra e agora sempre quer participar. Fazer com que o aluno se desenvolva e aproxime seu comportamento o mais próximo possível ao das pessoas que não tem deficiência. Vai de depender do próprio aluno, pois a família vai mantê-lo no projeto enquanto ele demonstrar interesse. O projeto pode disponibilizar mais pessoas para participar das atividades com os alunos, pois assim a família fica mais tranquila o dia que não puder acompanhar o aluno (Aluno “B”).*

*Foi inserido por incentivo do irmão mais velho que já participava do projeto. Não se envolver com “coisas erradas” e aprender o que é certo. O projeto mudou a vida do aluno de um jeito bom pois hoje ele está bem mais animado e auto confiante. Sim, enquanto continuar o projeto. Acredita que o projeto precisa se expandir para que possam participar mais alunos com deficiência (Aluno “C”).*

*Foi inserido por incentivo de amigos vizinhos que participam do projeto. Fazer com ele socialize com outras pessoas. Sim, enquanto tiver interesse. Pode buscar alguma parceria para que possa aumentar o número de monitores para*

*acompanhar os alunos pois assim seria melhor para aumentar o número de pessoas com deficiência no projeto (Aluno "D").*

É importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem a respeito do deficiente (CAMBRUZZI, 1998).

Atribui-se aos pais a responsabilidade pela formação da autoestima da pessoa com deficiência vinculando-se, portanto, a sua função quanto a formação emocional. Conseqüentemente os pais contribuem para a superação dos efeitos negativos da deficiência, favorecendo assim, a própria aceitação de sua condição (ROSS, 1998).

Observa-se que os objetos da família se congruem em fazer com os alunos com deficiência simplesmente interajam com outras pessoas e se desenvolvam. O aprendizado desperta

vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança. A aprendizagem boa é a que se antecipa ao desenvolvimento, que está intimamente relacionado ao contexto sociocultural em que a pessoa está inserida. (VYGOTSKY, 1989).

Inqueriu-se aos participantes da pesquisa, o período/tempo que pretendem que os alunos permaneçam no Projeto Social "Lutar e Vencer". Retornos obtidos:

*Enquanto ele estiver gostando e entenderem que está fazendo bem para ele, não tendo um prazo determinado (Aluno A).*

*Vai de depender do próprio aluno, pois a família vai mantê-lo no projeto enquanto ele demonstrar interesse (Aluno B).*

*Enquanto os alunos demonstrarem interesse (Aluno C).*

*Enquanto os alunos demonstrarem interesse (Aluno D).*

As respostas das famílias foram uníssimas em facultar ao aluno a decisão de continuar no projeto – o

que é bastante positivo, pois, a opção do aluno tem que ser respeitada, uma vez que ele deve sentir vontade de participar para que possa realmente absorver o que lhe é proposto no projeto. Contudo, cabe aos pais incentivarem e diante das dificuldades da inclusão desses indivíduos, se os instrumentos de persuasão não forem suficientes, os pais devem procurar outra que o acolha bem. É urgente a necessidade das famílias construir uma perspectiva positiva sobre eles, seus membros com necessidades educacionais especiais. Esse olhar positivo pode vir a criar expectativas na família, transformando atitudes de comodismo ou situações preestabelecidas, em vontade de superação de limites, e levar seus filhos a terem uma melhor autoestima e a desenvolverem-se em diversos aspectos (DOZIART, 2004).

As últimas questões aplicadas durante a pesquisa foram perguntas diretas, em relação à ideia de inclusão que os alunos possuem e, se eles se sentem incluídos não só em relação ao projeto, mas também nos demais contextos vivenciados por ele.

*Inclusão social para a família do aluno é o fato de ele poder fazer qualquer coisa sem precisar ter que ficar perguntado se o aluno pode ou não participar, ou seja,*

*independente da deficiência ele poder usufruir de tudo o que os outros usufruem. Em relação ao projeto sim, pois ele é tratado igual aos outros alunos que não possuem deficiência (Aluno "A").*

*É não ser discriminado por ser diferente. Sim, ele se sente incluído, se sente importante no processo de aprendizagem assim como os outros alunos (Aluno "B").*

*Ser incluído em tudo como os demais amigos. Sim, pois fez grandes amizades dentro do projeto (Aluno "C").*

*É ter os mesmos direitos que todos. Sim, ele entende que é tratado igual aos outros alunos, por isso ele se sente totalmente incluído (Aluno "D").*

Uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum" (WERNECK, 2003)

A própria sociedade cria problemas e barreiras para as pessoas com deficiência, causando-lhes incapacidades ou desvantagens no desempenho de papéis sociais que consistem em: políticas discriminatórias e atitudes preconceituosas que rejeitam as minorias e as suas diferenças, desconhecimento das necessidades

especiais e direitos das pessoas com deficiência. (BAHIA, 2006).

A inclusão é o aluno ter os mesmos direitos que todos. Muitas vezes, as pessoas que se propõem a educar e cuidar dessas crianças se sentem perdidas e angustiadas, seja pela dificuldade na relação com elas, seja pelas distorções e preconceitos advindos da falta de informação sobre a deficiência e suas consequências no desenvolvimento e aprendizagem das crianças (VEIGA, 2008).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através das experiências e vivências coletadas durante a pesquisa e ao interpretá-las, de acordo com os discentes e respectivos responsáveis do Projeto Social “Lutar e Vencer” da Polícia Militar em Governador Valadares, considera-se que nos casos analisados os alunos com necessidades especiais obtiveram resultados positivos comuns, como: Desenvolvimento comportamental no relacionamento interpessoal e familiar; Sensível melhora no desempenho das funções para realização das tarefas escolares; Evolução no relacionamento com as demais pessoas do contexto social que frequentam; Melhoria da auto estima;

Melhor senso de responsabilidade para resolver tarefas do cotidiano; Mais interesse diante das atividades propostas no ambiente escolar e familiar.

O caráter pedagógico das atividades facilitou a internalização dos ideais do projeto por parte dos alunos e familiares; o que atendeu a questões que propiciaram a integração desses alunos com os demais alunos sem deficiência. Observando-se uma melhora no desempenho das rotinas diárias dos alunos e na relação com os colegas e funcionários do projeto. Trata-se de uma experiência inovadora no convívio com as diferenças e também para o aprendizado em todo o processo inclusivo, que trouxe um bem-estar geral entre os alunos e uma satisfação pessoal e do reconhecimento da conquista desta interação.

Também se verificou um ponto negativo, não por parte do projeto ou por parte dos alunos, mas relacionados ao contexto social e às condições pré-existentes no contexto familiar, como a necessidade de ter um responsável que fique presente o tempo todo que a criança está no projeto.

Pelo que foi apurado, o projeto atende aos objetivos propostos em relação às crianças sem deficiência. Quanto aos alunos com deficiência verifica-se que há um dificultador em atender mais crianças no projeto, pelo fato de algumas deficiências

necessitarem de presença constante de um monitor específico, para os alunos o que o projeto não oferece; e muitas famílias não possuem alguém para acompanhar o aluno durante o tempo da aula.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, M. S. Responsabilidade Social e Diversidade nas Organizações: Contratando Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. Estimulação Essencial ao portador de Surdez. **Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Mediação: Porto Alegre/RS, 2008.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DORZIAT, A. Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? **Cadernos de Educação**

**Especial**, Santa Maria/RS, v. 2, n. 24, p. 77-85, 2004.

FEIJO, Marianne Ramos; MACEDO, Rosa Maria Stefanini de. Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. **Estud. psicol.** (Campinas). 2012, vol.29, n.2, pp.193-202.

FONSECA, V. **Educação Especial: programa de estimulação precoce e uma introdução às ideias de Fuerstein**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

HELAL, Ronaldo. **Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no Brasil** - Petrópolis, Vozes, 1997

IBGE. **Censo Demográfico 2014 - Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2015.

KANO, J. **Energia Mental e Física: Escritos do fundador de judô**. Barueri: Editora Manole, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATARUNA, L. **Judô para todos e a competição**. Disponível em: [www.judorio.org.br](http://www.judorio.org.br). Acessado em: 20 de maio de 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

WERNECK, Claudia. **Você é Gente?** Rio de Janeiro: WVA, 2003.

NACIONAL DO ESPORTE, Rede. Judô: **Rede do Esporte**. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-r/megaeventos/paraolimpiadas/modalidades/judo>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

ROSS, Paulo Ricardo. Pressupostos da integração: Integração frente à realidade educacional. **Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, p. 239-43, 1998.

SHIOZAWA, Lhofei. **Manual de Judô Nikkei Sport Center**. Goiânia:1999.

SILVA, Kananda Michelle Fernandes da; CARVALHO, Jorge Paulo Gomes de;

OLIVEIRA, Ana Carolina Santana de. O JUDÔ ADAPTADO À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E FÍSICA. **Fasete**, Paulo Afonso, p.265-281, 2018. Semanal. Disponível em: <https://www.fasete.edu.br/revistarios/internas/conteudo/resumo.php?id=294>. Acesso em: 10 nov. 2018.

VEIGA, Márcia Moreira. A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. *Paidéia*, Jan./Jul. 2008, ano V, n.4, p.169-193.

YVOTSKY, L. S. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. Tradução José Cipolla Neto, Luis S. M. Barreto, Solange C. Afeche. 3.ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 89 -103. (Psicologia e Pedagogia).